



SER SENTIDO: A MUSEALIZAÇÃO COMO DECOLONIALIDADE PARA A REGIÃO AMAZÔNICA

To be Felt: Musealization as Decoloniality for the Amazon Region

Andrey Manoel Leão de Leão

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (UFPA). Brasil

andreyleao2@gmail.com | <https://orcid.org/0009-0005-1411-6033>

Fecha de recepción: 01/07/2024

Fecha de aceptación: 13/02/2025

Resumo: O artigo tem como objetivo discutir a potencialidade das musealizações na Amazônia brasileira, região que, como abordo aqui, é vista como um espaço subjugado, tanto em termos nacionais quanto internacionais. Dessa forma, busco debater como as questões museológicas na região podem contribuir para a superação dessa subalternidade, entendida como a percepção hierárquica da modernidade. Para isso, utilizo o trabalho da filósofa Judith Butler sobre enquadramentos ontológicos e o estudo do filósofo Enrique Dussel sobre a Ética da Libertação, um movimento que busca combater a lógica hierarquizante da modernidade. A partir da análise da criação de acervos particulares pelas famílias envolvidas no evento conhecido como a Chacina de Belém, ocorrida em 2014 na cidade de Belém (Pará, Brasil), e da criação do acervo do Museu Memorial da Vila da Barca, uma comunidade periférica da mesma cidade, demonstro como a musealização se deu a partir de contradiscursos que visam produzir enlutamentos, pois a perspectiva histórica da colonização, estruturante da ideia moderna, faz com que a hierarquia se perpetue até os dias atuais, não apenas pela produção de desigualdade, mas também pela geração de violências. Os grupos analisados nos casos estudados são vítimas de perspectivas preconceituosas que os enquadram como inferiores. Assim, as musealizações na Amazônia se configuram como exemplos de decolonialidade, ao buscar o enlutamento e a inserção desses grupos excluídos, invisibilizados e inferiorizados na consciência social.

Palavras-chave: Musealização; Modernidade; Decolonialidade; Amazônia.

Summary: The article aims to discuss the potential of musealizations in the Brazilian Amazon, a region that, as I address here, is seen as a subjugated space, both nationally and internationally. In this

way, I seek to debate how the museological practices in the region can contribute to overcoming this subalternity, understood as the hierarchical perception of modernity. To this end, I draw on the work of philosopher Judith Butler on ontological framing and the work of philosopher Enrique Dussel on the Ethics of Liberation, a movement that seeks to combat the hierarchical logic of modernity. Through the analysis of the creation of private collections by families involved in the event known as the Chacina de Belém, which occurred in 2014 in the city of Belém (Pará, Brazil), and the creation of the collection of the Museu Memorial da Vila da Barca, a peripheral community in the same city, I demonstrate how musealization occurred through counter-discourses that aim to produce mourning. This is because the historical perspective of colonization, which is foundational to modern ideas, perpetuates hierarchy into the present day, not only through the production of inequality but also through the creation of violence. The groups analyzed in the case studies are victims of prejudiced perspectives that frame them as inferior. Thus, Amazonian musealizations are examples of decoloniality, as they seek mourning and the inclusion of these excluded, invisibilized, and inferiorized groups in social consciousness.

Keywords: Musealization; Modernity; Decoloniality; Amazônia.

Sumario: 1. Introdução; 2. Amazônia como região subjugada; 3. Modernidade, museus e nova museologia; 4. Casos estudados; 5. Conclusão ; 6. Referências.

1. INTRODUÇÃO

O processo de conquista da América é demarcado por alguns autores —principalmente os latino-americanos— como um momento singular para a história da humanidade e que ressoa e estrutura a vida atual. Dentro desses autores, Dussel (1993) e Aníbal Quijano (2005) demonstram que é com a chegada dos povos europeus à América, visando a colonização, que há a construção da perspectiva de uma história global e de uma hegemonia de um grupo sobre o outro. É a partir desse contato dos povos do «antigo mundo» com os do «novo mundo» que há a percepção do outro como um ser igual, mas em um estado de vida inferior, que necessita evoluir para chegar a um patamar de vida social já estabelecido pelos povos do mundo antigo (Quijano, 2005). Esse patamar superior, e essa diferenciação evolutiva, são demarcados pela raça, que Quijano (2005) aponta como não sendo vista como um fator biológico, mas como uma condição social, em que o indivíduo está envolvido. Ou seja, a diferenciação se dá pelos costumes, modos de pensar e agir que cada indivíduo traz consigo, e que são considerados como inferiores, pois deve ser implantado um novo estilo de viver e de conhecer, sendo que este tem como exemplo um grupo específico, que é de onde vem essa concepção hierárquica, do grupo colonizador europeu (Quijano, 2005).

É a partir da América que se constrói essa visão centralista de um grupo europeu, e da necessidade de levar o desenvolvimento e implantar seu modo de viver nas demais regiões globais (Dussel, 1993; Quijano, 2005). Este fenômeno será

denominado modernidade, e que será o construtor, a viga que mantém o sistema capitalista atual, pois servirá como justificativa das dominações deste sistema, e vai se mostrar como eficaz e duradouro para a manutenção de uma ordem hierárquica e exploratória vigente. Sendo o alicerce de uma divisão social do trabalho, que naturaliza lugares de subalternização de grupos que não estão no centro do poder europeu (Quijano, 2005).

Portanto, no sentido de combater essa visão, é necessário ver como essa estrutura construída se apresenta como moldes de implantações de poder, que trazem em suas narrativas um objetivo de dominância e subserviência, para pensar em superá-la. No caso, para alocar esta questão no polo de pesquisa proposto neste artigo, é necessário entender como isso foi postado sobre a região Amazônia, foco da pesquisa, que é o que passo a fazer a seguir.

2. AMAZÔNIA COMO REGIÃO SUBJUGADA

A região amazônica se configurou em uma diferenciação em razão de sua forte colonização, que foi justificada a partir da criação de narrativas externas, como a descoberta de uma cidade de ouro, *El Dorado*, que fazia parte de uma lenda dos povos incas; e da implementação de imaginários exógenos que buscavam sua concretude na materialidade da região, como o encontro de uma embarcação europeia com uma tribo de mulheres guerreiras, as amazonas da lenda grega¹. Como levanta Bueno (2002), é importante notar que, para facilitar a visão deste «novo mundo» pelo Ocidente, as narrativas feitas a partir do uso de histórias já conhecidas por esses povos foram essenciais para a locação desta nova terra no imaginário europeu. Portanto, a inclusão da região amazônica no imaginário do «velho mundo», antes mesmo de começar a colonização, foi feita a partir de uma realidade que não é a local, mas sim de uma perspectiva externa.

Além disso, a importância desse fato deve ser vista não somente como a introdução da região no imaginário do «velho mundo», mas também na introdução da Amazônia em um processo socioeconômico europeu, considerando que os europeus chegaram na região em um contexto de desenvolvimento mercantil. Ou seja, a colonização se deu por um interesse econômico em uma lógica que buscava (além de recursos) mão-de-obra escrava, sendo feita a partir da necessidade de uma inclusão imaginária, social e econômica dos povos indígenas para que fossem categorizados, discriminados e esvaziados, passando a ser colocados como inferiores, o que justificava a inserção social deles na base explorada do sistema econômico. No Brasil, a ocupação territorial e a inserção dos indígenas neste sistema mundo ocor-

¹ A partir desta lenda, nomeou-se de Amazonas o rio onde foi encontrada essa tribo, conseqüentemente, surge deste caso a nomenclatura da região: Amazônia.

reram de forma nada pacífica, mas marcada por relações de dominação e violência que buscavam escravizar o indígena (Castro & Campos, 2015).

Desta maneira, Costa (2009) mostra que a colonização na Amazônia brasileira, junto com seu processo escravista e de dominação, moldou territorialmente a região, reconfigurando o espaço, a cultura e a população local; dando continuidade histórica ao uso da natureza a partir do extrativismo e da agricultura, além dos projetos da década de 70 do século xx, que buscavam ocupar uma região «vazia». Portanto, estes fatos, feitos de forma opressiva e de violência, estruturam a realidade e identidade local atual, sendo notável a história da região amazônica formada por processos de dominação e exemplo claro da modernidade.

Entretanto, apesar da lógica hierárquica da Modernidade ser bastante clara durante as fases coloniais dos países, onde havia uma divisão social clara entre o colonizador e o colonizado, ela não teve fim com a descolonização dos territórios, mas foi mantida através de processos de dominação na atualidade, sendo chamada de colonialidade (Quijano, 2005), que não ocorre como nas fases coloniais, mas se estende de forma sutil, camuflada (Mignolo, 2017). Partindo desse ponto, e voltando às questões que introduziram a Amazônia no discurso moderno europeu, podemos ver que as narrativas são essenciais para manter esses padrões e essas ideias hierárquicas na atualidade. Loureiro (2022), em seu livro *Amazônia: colônia do Brasil*, demonstra como a região foi vista como um espaço separado do restante do país, enxergada como espaço de exploração para gerar riquezas para o restante do Brasil. A autora aponta que essa ideia representa um prolongamento da perspectiva iniciada pelos europeus, onde estes tinham a pretensão de encontrar ouro e riquezas. E quando não encontraram, exploraram a flora, como também o próprio morador local, como a mão-de-obra indígena, usada para gerar lucro. Isso se dava porque os moradores locais eram considerados seres menores (Loureiro, 2022), o que justificava a dominância destes, já que deveriam, eles, entrar no sistema imposto, de onde seus modos de vida eram considerados ultrapassados e, logo, substituídos. A autora demonstra que a forma de colonização ainda é mantida na região, pois, como uma colônia, é um local destituído de vontade própria, sendo administrado pelo externo. A Amazônia seria, deste modo, uma colônia do Brasil na atualidade, ao permanecer refém das vontades do restante do país. Assim, sai de colonização estrangeira para uma colonização nacional interna (Loureiro, 2022). Isso é, como visto, a modernidade se fazendo de uma forma local, onde o grupo amazônico, por ter um modo de vida diferente da realidade do restante do país, foi estranhado pelo restante da nação.

Esse estranhamento foi construído, como demonstra Gondim (1994), por escritores, viesados pelos relatos europeus, que trataram de narrar sobre a Amazônia a partir de perspectivas externas e ilusórias, que não correspondiam à realidade local, como as estereotipizações da natureza, onde ela se mostrava forte tanto para guardar grandes mitos e monstros, quanto para ser tão abundante a ponto de agir sobre o sujeito. Contudo, como demonstra a autora, ao colocar essa exuberância

na natureza, há a criação de uma visão de um local intocado, onde o progresso ainda não chegou (Gondim, 1994), o que passa a ser reforçado por intelectuais brasileiros. Fernandes (2019), a partir disso, demonstra que intelectuais brasileiros, ao tentarem se voltar para explicar os problemas e as desigualdades regionais brasileiras, acabaram reforçando tais visões externas. Euclides da Cunha e Gilberto Freyre, grandes pensadores brasileiros, são expoentes de um pensamento que vai afetar o desenvolvimentismo nacional, onde agora não bastaria apenas integrar a região ao restante do país para que ela se desenvolvesse, mas também é necessário integrar o país à região amazônica. Integrar, nesse sentido, é implantar as visões e os modos de vida das outras regiões na Amazônia, pois considera-se que o pensamento e modo de vida local são os que atrasam a região (Fernandes, 2019). Assim, o caboclo amazônico seria o sinal do atraso, frente ao centro-sul que trazia o desenvolvimento. Logo, quando Loureiro (2022) reforça no nome de seu livro que a Amazônia é uma colônia do Brasil, ela está exemplificando que a região se faz como um microcosmo do que aconteceu com a América Latina, onde os europeus são substituídos pelo próprio país, em uma estrutura econômico-política que mina a atuação da região para pensar em projetos desenvolvimentistas para e a partir dela. Portanto, a região amazônica, de acordo com a autora, é subdesenvolvida, pois foi retirada dela sua autonomia própria, econômica e política (Loureiro, 2022).

Mas, como visto anteriormente, isso se deu porque há uma construção de um reforço da perspectiva da modernidade feita sobre a região, que mantém as fases coloniais dos países, além do fim da descolonização dos territórios. Essa manutenção, feita através de processos de dominação na atualidade, é denominada colonialidade (Quijano, 2005), que está associada à modernidade e é estruturante dela (Mignolo, 2017). Por isso, este artigo volta-se para analisar possíveis formas de combate à colonialidade, mas dadas a partir de lógicas latino-americanas, que são denominadas por autores locais como decolonialidade, ou um giro decolonial, que tem como intuito superar essas lógicas da colonialidade (Quijano, 2005; Maldonado Torres, 2019).

Porém, acima de tudo, este trabalho visa refletir sobre instrumentos de combate contra essa visão externa feita sobre a região, que se constituiu historicamente, como demonstrado, e foi formada a partir de um apagamento das lógicas locais. Para isso, voltam-se aos museus e às ações museológicas para pensá-los e analisar como podem atuar nesse aspecto.

3. MODERNIDADE, MUSEUS E NOVA MUSEOLOGIA

Ao tratar a questão da colonialidade relacionada à área da museologia, inicio o debate voltando-me para a ideia moderna de museu, herança da Revolução Francesa, onde os patrimônios eram usados para difundir o civismo e a história (Choay, 2001).

Durante esse período, final do século XVIII e início do XIX, essas instituições passaram a ser vistas não mais como coleções individuais e gabinetes de curiosidades, mas como instrumentos pedagógicos para introduzir um sentimento de nação ao povo (Choay, 2010), que, ao chegar ao Brasil, se reproduziram através do primeiro museu do país, em 1818. O Museu Nacional Brasileiro foi elaborado durante o governo de D. João VI e tinha como acervo uma pequena coleção de história natural doada pelo monarca, fazendo parte de inúmeras outras iniciativas que procuravam «civilizar» o país com a implementação de novos hábitos e costumes tidos como corretos, já que toda a diversidade cultural não europeia era vista como inferior (Dos Santos, 2006). Assim sendo, essas instituições foram introduzidas no país como fruto da modernidade europeia, que culminou na colonização de terras e povos ultramarinos, responsáveis pelo estabelecimento de uma narrativa de mundo que «nega e esconde o popular, não como um estratégia e sim como consequência do modo de funcionamento do hegemônico» (Cury, 2011, p. 18). A ideia, então, era que esses museus se estruturassem a partir da lógica da modernidade, que, como visto anteriormente, se constituiu com o entendimento de uma busca por uma padronização global a partir de um centro geográfico escolhido como modelo. O museu, por isso, seria uma estrutura homogeneizante, colonializante. Eles teriam a função de ser um espaço para incutir na população pensamentos, ideias e visões que uma elite considerava as corretas, e muitas vezes contrárias às questões locais (Cury, 2011). Talvez seja esse o cerne que diferencia o museu da modernidade, o museu colonial, das instituições que seriam pensadas a partir de movimentos que surgiram na segunda metade do século XX.

Um desses mais conhecidos é o movimento denominado «Nova Museologia», que passa a pensar em um museu integral, em que a população está envolvida nas práticas museais. De acordo com Souza (2020), no evento que deu o pontapé para a Nova Museologia, que foi a Mesa-Redonda de Santiago, no Chile, em 1972, entendeu-se que haveria «a necessidade de uma mudança de postura por parte dos museus, num movimento de sensibilização interdisciplinar sobre as necessidades das comunidades e sobre os problemas específicos em nível local, regional e global» (Souza, 2020, p.12). É deste evento que surge a denominação de «Museu Integral», que é um novo tipo de instituição, que pensa o museu como um todo, indissociável da realidade, juntando a natureza, a sociedade, o espaço e o tempo. Aqui, como aponta Souza (2020), esse novo pensamento museológico se junta à perspectiva decolonial, pois agora esse tipo de instituição questionaria a fórmula de estruturação da modernidade imposta, demonstrando uma quebra de visão epistêmica, problematizando paradigmas etnocêntricos de organização e interpretação do mundo. O museu se autoquestionaria, principalmente sua institucionalidade, sua verticalidade, de impor o conhecimento (Souza, 2020). Ou seja, questionaria essa forma de pensar o museu moderno/colonial.

Essa nova forma de museu pensada pelo movimento vai ao encontro às ideias do educador brasileiro Paulo Freire, principalmente sobre o conceito de educação bancária². A museologia da modernidade, associada às ideias do autor, seria aquela que impõe uma estrutura, que é construída muitas vezes de forma externa, que se faz acriticamente, e que simplesmente segue ordens. Já a nova museologia estaria pensando em uma museologia mais adequada ao contexto local, cujo foco é o sujeito, o social, e que se faz de forma crítica, diversa, com o objetivo de provocar uma emancipação dos sujeitos locais. Ou seja, busca reverberar além daquele modelo imposto. Busca provocar novas coisas, perspectivas próprias, que estão adequadas e respeitam os contextos onde foram criadas.

O foco, então, é o indivíduo, o social, e não é por acaso que é deste movimento que surgirá o termo «museologia social», que se fará contrária à museologia moderna, que tem como foco o objeto e o objetivo de demonstração de poder (Primo & Moutinho, 2020). A museologia proposta no seio da modernidade exporta um modelo de museu, enquanto a museologia social busca aproximar os processos museológicos às necessidades dos cidadãos, abrangendo uma multiplicidade de modos de fazer museus e acompanhando as transformações da sociedade, em suas particularidades (Primo & Moutinho, 2020).

É neste sentido que busco analisar dois casos de questões museológicas feitas na Amazônia brasileira que exemplificam uma museologia que contrapõe modelos externos, mas que trabalham através de significados e sujeitos locais. Por isso, operam através de estruturas próprias da realidade local. Assim, uso ocorrências que ocorreram na cidade de Belém do Pará-Brasil e que exemplificam resistências amazônicas atuais, mas que são reverberações da história da região. Estes episódios já foram analisados por mim de forma mais aprofundada em outros trabalhos (Leão e Menezes Neto, 2018; Leão, 2021; Gomes et al., 2023), por isso, não detalharei os pormenores, sugerindo a leitura dos artigos citados para um acompanhamento mais detalhado. Aqui, neste artigo, apresentarei um resumo deles para a compreensão de suas ideias, buscando demonstrar uma similaridade entre os casos e relacionando o modo de musealização feita com esses acervos com o discurso do contexto amazônico.

² A educação bancária é um modelo pedagógico em que o conhecimento é transmitido pelo educador para os alunos de forma unidirecional, como se estes fossem meros receptáculos de informação. Nesse processo, a aprendizagem se dá sem a participação ativa dos alunos, desconsiderando sua capacidade de reflexão crítica e interação no processo educativo (Freire, 2018).

4. CASOS ESTUDADOS

No primeiro caso, aponto o evento que ficou conhecido como Chacina de Belém, na cidade de Belém do Pará-Brasil. O episódio se deu depois de conflitos entre grupos de milícias que dominavam as periferias da cidade, resultando em divulgações de mensagens em redes sociais que relatavam sobre um «toque de recolher» na cidade, pois haveria mortes durante a noite.

Com isso, durante a noite do dia 4 e a madrugada do dia 5 de novembro de 2014, grupos de pessoas encapuzadas em carros e motos percorreram a periferia da cidade e selecionaram pessoas de forma aleatória para matar, o que resultou em 10 vítimas no total (Assembleia Legislativa Estado do Pará, 2015). Inicialmente, foi vinculado nos jornais locais que as pessoas mortas durante o evento eram pessoas envolvidas com crimes, o que gerou uma indignação nos familiares das pessoas mortas, levando-os a se reunirem e reivindicar uma narrativa justa sobre as pessoas que morreram, contadas agora pelos familiares (Leão e Menezes Neto, 2018). A ideia era demonstrar que as vítimas eram inocentes, e foram mortas apenas porque as milícias queriam demonstrar poder na periferia, utilizando o terror como método. O nome Chacina de Belém foi dado pelos familiares, pois, de acordo com eles, embora tivesse acontecido somente na periferia da cidade, o caso afetou a cidade inteira, pois, com as mensagens iniciais e, posteriormente, as mortes, a cidade ficou com um clima de medo, em que se demonstra como o evento refletia a realidade atual da cidade e seus problemas de violência urbana (Leão e Menezes Neto, 2018).

Em 2015, depois de reivindicações incessantes dos familiares, foi instaurada uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar o caso, que ficou conhecida como CPI das Milícias. Em seu relatório final, foi comprovado que todas as vítimas não tinham relação com a morte do integrante da milícia e foram escolhidas de forma aleatória (Assembleia Legislativa Estado do Pará, 2015), o que não bastou para que as famílias das vítimas continuassem até hoje em busca de justiça, com um número mínimo de responsáveis pela chacina julgados e presos. Para que este mínimo acontecesse, as famílias tiveram um grande trabalho de militância, que envolvia manifestações pela cidade (ver [Figura 1](#)), visitas aos julgados dos acusados, até a construção de acervos familiares das vítimas expostos pela casa a partir de uma narrativa própria, íntima e familiar, e em exposições itinerantes sobre o evento. Esta construção de acervo teve como intuito enlutar as vítimas na consciência da sociedade, e desvincular a percepção divulgada na mídia de que as vítimas eram criminosas. Pois, de acordo com os familiares, como a sociedade tem a mentalidade de que bandido bom é bandido morto, a chacina foi vista socialmente não como um problema de violência urbana, mas, ao contrário, foi vista como uma solução para tal circunstância (Leão e Menezes Neto, 2018).



Figura 1. Ato em Belém reivindicando justiça pelas vítimas da Chacina. Recuperado em 17 de janeiro de 2025 de <https://www.brasildefato.com.br/2016/11/18/marcha-funebre-lembra-dois-anos-da-chacina-de-belem>.

Os acervos familiares foram compostos por documentos, roupas e objetos das vítimas (ver Figura 2). Estes objetos foram selecionados a partir de narrativas memoriais que servem tanto para lembranças parentais, quanto para mostrar a inocência da vítima no caso da chacina, além de trazerem à tona um caso de urgência para a região, que é a violência urbana e a experiência periférica (Leão e Menezes Neto, 2018).



Figura 2. Acervo de uma das vítimas da chacina. Fotografia do Autor.

O acervo das famílias foi constituído de forma particular, sendo exposto nas casas dos familiares. Eram diversos objetos, e possuíam «vidas» distintas, podendo ser guardados e não utilizados, perdendo sua função social (como uma camisa que é usada para vestir), ou ainda serem utilizados, mantendo suas funções sociais (como CDs de músicas), mas que serviam também para lembranças familiares, recordações sobre o evento da chacina e como motivação para a reivindicação de justiça. Além das casas, esses objetos também foram utilizados em exposições itinerantes sobre o evento da chacina e em manifestações em busca de justiça. Os objetos acabaram ganhando itinerância e diversos usos, não permanecendo em um espaço fixo (Leão e Menezes Neto, 2018). Logo, é possível observar que a seleção dos objetos foi feita com base na praticidade e no simbolismo daquele contexto, sendo a escolha de itens feita para uma musealização que melhor representa suas narrativas e corrobora sua luta, questão que explicarei mais adiante. O importante aqui é que a musealização³ se moldou a esse contexto para servir como um instrumento de luta, e não seguiu um modelo importado, externo. Neste ponto, chegamos ao outro caso que aborda contra-narrativas e periferia, que é o caso do Museu-Memorial da Vila da Barca.

O Museu-Memorial da Vila da Barca representa uma comunidade periférica localizada no bairro do Telégrafo, em Belém do Pará-Brasil, às margens da Baía do Guajará (ver Figura 3). De acordo com levantamento recente, vivem atualmente na Vila da Barca cerca de 1.100 famílias, totalizando aproximadamente 7.000 pessoas (Guimarães, 2020).



Figura 3. Comunidade da Vila da Barca vista de cima. Recuperado em 17 de janeiro de 2025 de <https://redeglobo.globo.com/pa/tvliberal/edopara/noticia/a-diversidade-cultural-da-vila-da-barca.ghtml>.

³ Processo feito através de etapas, como a seleção, aquisição e exposição, que tem por sentido preservar e comunicar para manter as memórias em evidência (Cury, 2006).



Figura 4. Processo de aquisição do acervo do Museu da Vila da Barca. Fotografia do Autor.

Para entender o discurso do museu, é necessário compreender o contexto histórico em que a Vila da Barca foi criada, sendo seu início considerado os primeiros anos do século xx, durante o período conhecido como *Belle Époque* amazônica. Nessa época, ocorreu uma reforma urbana decorrente do *boom* da economia da borracha na região, o que provocou o enriquecimento local e reformas no centro da cidade que visavam moldar um centro urbano nos moldes das cidades europeias. Isso resultou na expulsão das populações mais pobres do centro da cidade, que não atendiam ao modo de vida desejado, sendo então «enxotadas» para as regiões periféricas, como terrenos alagadiços, áreas baixas ou baixadas, próximas às margens dos rios e igarapés que circundam e entrecortam a cidade (Sarges, 2000; Soares, 2000).

Assim, a Vila da Barca foi formada por um recorte daqueles que eram invisibilizados, inferiorizados e que contribuíram para o desenvolvimento da cidade, principalmente como mão de obra. Eram, portanto, trabalhadores, em sua maioria moradores das ilhas próximas à capital Belém e do interior do estado. A vila se formou a partir de uma forma de morar ribeirinha, que expressa sua resistência em permanecer no espaço, sendo suas palafitas o que demarca sua identidade territorial, considerada uma das maiores comunidades urbanas nestes moldes da América Latina (ver [Figura 4](#)). Com isso, a Vila destoa dos bairros que a cercam, já que,

atualmente, está situada próxima a uma das áreas mais ricas da cidade e contrasta com os inúmeros edifícios e a urbanização, além de ser uma das únicas a ter acesso direto ao rio.

Até agora a comunidade mantém essa perspectiva periférica, apesar de estar próxima ao centro urbano. Assim como no seu início, ainda sofre com a ausência de políticas públicas efetivas voltadas para áreas como saúde, cultura, educação, esporte e lazer, habitação e saneamento básico, além de carregar uma imagem preconceituosa de ser um espaço perigoso, onde impera a criminalidade e o abandono. Por isso, foi criado, em 2020, o Museu-Memorial Vila da Barca, formado por membros da comunidade durante a pandemia de covid-19, evento que acarretou perdas significativas para a memória do lugar, decorrentes do falecimento de seus moradores. O projeto busca a valorização e o reconhecimento da comunidade para além do imaginário comumente recorrente na sociedade belenense, que a vê como um lugar marcado pela criminalidade e pelas «ausências», propondo, conjuntamente, a criação de um espaço (no momento, especificamente virtual) que abrigasse aos poucos a história e a memória da comunidade (Gomes et al., 2023).

Com o projeto em prática, em poucos dias foram levantadas fotos e recortes de jornais para a criação do acervo. Dentro da narrativa proposta, o projeto realizou exposições itinerantes pela comunidade, apresentando esse material, com o objetivo de demonstrar como foi construída a imagem da vila como um lugar de violência e criminalidade, a partir da mídia. Com as fotos, buscava-se desconstruir essa imagem, apresentando as festas locais, o processo de formação da Associação de Moradores, a construção da primeira Unidade de Saúde, as conquistas de sua Escola de Samba, o trabalho comunitário, e fotos de moradores locais, entre outros. O intuito era demonstrar uma comunidade unida, vivaz e resistente, apesar de tudo o que lhe foi imposto⁴.

Além disso, o projeto atua junto à Associação dos Moradores da Vila da Barca e ao projeto da Barca Literária para promover oficinas, cursos profissionalizantes, eventos festivos e atividades culturais com os moradores locais. A ideia dessas atividades realizadas pelo museu é promover um envolvimento conjunto da comunidade com as práticas e eventos locais, preservando o senso comunitário e fortalecendo a comunidade, considerada o maior patrimônio de seus habitantes, com seus laços de amizade, práticas com o rio e seu entorno, entre outros. Assim, o projeto combate o descaso e o preconceito que existem contra a vila, criando e fortalecendo mecanismos que desafiem as narrativas externas. Por isso, a musealização do Museu-Memorial da Vila da Barca não se limita à criação de exposições

⁴ As fotografias e os vídeos das ações do projeto do Museu Memorial foram divulgadas no perfil do Instagram da Associação dos Moradores da Vila da Barca (<https://www.instagram.com/viladabarca/> [acessado em 17 de janeiro de 2025]) e também hospedadas em um link particular com o acervo completo (<https://linktr.ee/VilaDaBarca> [acessado em 17 de janeiro de 2025]).

com imagens e documentos históricos do local, mas também se desenvolve por meio de atividades constantes de manutenção de laços. Novamente, ela se adequa à narrativa, à objetividade e às significâncias locais, sendo realizada de maneira diversa. Em ambos os casos, vemos essa diversidade de práticas museológicas sendo feitas por atores locais e suas próprias ideias, ou seja, ambas se constroem por meio de uma diversidade museológica que a museologia social oferece.

Isso pode ser corroborado pelo caso da Chacina, conforme demonstrado por Leão e Menezes Neto (2018), mas que se relaciona também com o caso da Vila da Barca. Nos dois casos, os objetos foram selecionados por seu poder evocativo, um valor denominado no meio museológico como *musealidade*, que é um valor não material atribuído ao objeto pela humanidade, permitindo que ele viva na esfera simbólica (Brulon, 2012). Esse valor sensibiliza o indivíduo ao representar uma realidade. Contudo, isso só ocorre através de processos que constroem uma narrativa e fazem uma ponte —ou, usando uma linguagem contemporânea, estabelecem um *link*— entre o objeto e a realidade que ele representa. Sem isso, o objeto não passaria de um simples objeto. Logo, as musealizações feitas nesses casos ocorreram na necessidade de exportar aquelas realidades por meio de narrativas de sensibilização, que apoiam a luta e criam um sentimento de empatia.

Assim, todo o processo museológico, a seu modo, foi realizado em ambas circunstâncias. No caso dos familiares das vítimas da chacina, ao colocar o objeto na esfera simbólica, a narrativa criada tinha o intuito de mostrar que as vítimas não eram bandidos, mas pessoas comuns. Por isso, nos acervos, havia fardas de trabalho, diplomas, provas de escola, bíblias, entre outros objetos. Para os familiares, esses itens demonstravam que as vítimas eram pessoas trabalhadoras, estudiosas e cristãs. Embora isso não justifique o assassinato de outras pessoas que não possuísem esses atributos, é uma forma de enquadrar as vítimas em uma perspectiva enlutativa, que se acredita ser mais aceita pela sociedade. Assim, cria-se empatia pela causa. Esse é um aspecto essencial nas narrativas criadas com os acervos: a construção de enquadramentos (Leão e Menezes Neto, 2018).

Isso ocorre porque, de acordo com os familiares das vítimas, a cultura periférica é vítima de um enquadramento social que não a acolhe, mas, ao contrário, produz uma «não-vitimização» das pessoas quando são mortas. Como essas pessoas vivem é considerado um aspecto de bandidagem, de indivíduos que devem ser negados pela sociedade. Cientes disso, assim como buscam enquadrar a vítima em um processo de enlutamento social, eles também questionam esses enquadramentos. Por isso, no acervo, há objetos relacionados a percepções discriminatórias, que, de acordo com os familiares das vítimas, são considerados em Belém como objetos típicos de bandidos. Isso inclui, por exemplo, certos tipos de roupas de marcas, CDs com músicas de aparelhagem (um estilo musical da periferia de Belém) e até fotos de festas na periferia. A narrativa construída por meio dos objetos é, muitas vezes, uma forma de demonstrar que eram pessoas «de bem», não bandidos, e que uma

roupa, o gosto musical e os lugares que uma pessoa frequenta não definem o seu caráter, nem significam que ela não seja digna de um luto social. Assim, as famílias buscam, por meio desses acervos, demonstrar que seus familiares não eram bandidos, mas vítimas de uma visão estereotipada e preconceituosa historicamente criada sobre a região periférica da cidade. E que a justiça de suas mortes não aconteceu porque não houve comoção social, já que, na mídia, foram enquadrados como culpados. Logo, usam a musealização para corroborar suas narrativas (Leão e Menezes Neto, 2018).

Devido a isso, esse caso narra não apenas a morte de um familiar, mas também a experiência periférica na capital paraense, funcionando como contra-argumento a uma visão construída ao longo de séculos na região: a perspectiva de uma hierarquia de modos de vida, onde alguns grupos são considerados de vida inferior. Este é um ponto que mencionei anteriormente como uma das características coloniais implementadas na Amazônia. Como demonstrado em outro trabalho sobre o caso⁵, a violência urbana associada à Chacina de Belém é recorrente e um produto da colonialidade na região, onde sempre ocorreu a exclusão de grupos vistos como subalternos. A hierarquia ontológica construída na Amazônia se manifesta hoje em chacinas, pois, ao não gerar enlutamento social, a dor das famílias não é compartilhada nem sentida. Portanto, a violência urbana em Belém persiste, pois é justificada (Leão, 2021). Assim, a criação desses acervos particulares teve a intenção de construir uma narrativa de enlutamento, buscando fazer com que a sociedade belenense sentisse o impacto dessa violência e compreendesse o fato como um caso de violência urbana que afeta a todos.

O caso da Vila da Barca também apresenta semelhanças. A cidade de Belém foi construída a partir do «enxotamento» dos grupos mais pobres para as áreas periféricas, enquanto o centro foi voltado para a elite local. Os serviços básicos, como saneamento e lazer, ficaram concentrados no centro, enquanto nesta região da cidade eram precários (Bahia, 2014). Isso é evidente no caso da Vila da Barca, que foi formada durante as transformações urbanas realizadas pelo intendente Antônio Lemos, com o objetivo de modernizar Belém à imagem das cidades europeias. A lógica por trás disso era combater as formas de vivência que divergiam desse modo de viver, e a Vila da Barca foi um exemplo claro disso, com sua cultura ribeirinha.

Essa hierarquização dos modos de existência, exposta na forma urbana e nas políticas públicas, ainda é visível hoje nas reivindicações da comunidade da Vila, que luta contra a ausência de saneamento e pela conclusão de um projeto de moradias populares que já se arrasta por quase 20 anos (Prognum, 2022). Esses problemas continuam sendo negligenciados pelo poder local, e, segundo os moradores, a Vila é socialmente esquecida ou, quando reconhecida, é vista de forma pejorativa.

⁵ Ver Leão (2021).

Por isso, a musealização do Museu-Memorial da Vila da Barca vai além da documentação, preservação e exposição de seus documentos e fotografias. Ela também envolve atividades realizadas com os moradores locais, tendo como objetivo socializar a comunidade, expô-la para ser vista da mesma forma que outras áreas da cidade. O museu busca tornar evidentes as necessidades básicas da Vila, como saneamento, segurança e saúde. Assim, a função do museu é reivindicar direitos fundamentais, como o direito à cidadania, ao reconhecimento, à escolha do local de moradia (dada a pressão imobiliária local), à memória, à vida e à relação com o espaço, o rio e o ambiente. O projeto, portanto, propõe uma nova narrativa sobre a Vila da Barca, destacando sua importância histórica, a alegria de seu povo e suas raízes amazônicas, ao mesmo tempo em que questiona as percepções criadas durante a formação da cidade.

De forma semelhante ao caso da Chacina, o Museu-Memorial da Vila da Barca desafia as percepções estigmatizadas sobre a região, questionando quem pertence ao espaço urbano e quem foi menosprezado durante a construção da cidade. A cultura da Vila foi relegada durante esse processo, mas a musealização busca reverter essa invisibilidade e fortalecer as vozes locais. Portanto, essas musealizações particulares não atendem apenas a um objetivo individual, mas também tocam questões mais amplas relacionadas à região onde os sujeitos vivem. Como são produzidas por atores locais, a partir de significâncias próprias, elas têm um impacto mais profundo e eficaz, sensibilizando a sociedade para as realidades da periferia. Essas especificidades museológicas contestam as narrativas impostas sobre a região e, ao mesmo tempo, amplificam as vozes locais. No caso da chacina, questiona-se o que significa ser periférico na Amazônia e por que essas pessoas podem ser mortas sem que haja justiça. No caso da Vila da Barca, a questão é quem pertence ao espaço urbano e qual cultura foi negligenciada na formação da cidade.

Assim, o poder da musealização dos objetos, quando realizada pelas comunidades locais, tem um impacto significativo, pois essas comunidades conhecem as opressões que enfrentam e sabem como comunicar suas realidades à sociedade ao seu redor. A museologia com foco social, que integra a comunidade nas práticas e se adapta às especificidades dos contextos locais, potencializa os significados locais e se torna uma ferramenta importante na luta desses grupos, mas também, e sobretudo, para a região. Mas como isso acontece?

Para entender esse processo, volto-me ao pensamento da filósofa Judith Butler (2015) em seu livro *Quadros de Guerra: Quando a Vida é Passível de Luto*, no qual ela discute a precariedade da vida e os mecanismos do enlutamento social. De acordo com Butler, a percepção do outro e da vida humana ocorre por meio de um enquadramento social que hierarquiza umas vidas em detrimento de outras. Aqueles que estão no topo dessa hierarquia são vistos como mais precários, como aqueles cujas vidas devem ser mais preservadas, acolhidas e sentidos. Estes são os indivíduos que mais geram comoção social. Para Butler, a chave está em ser «sentido»,

pois para que se crie uma comoção social, é necessário que as vidas em questão sejam visíveis e comovam. Assim, o «como mostrar» se torna fundamental, pois todo discurso já contém um interdiscurso, uma estrutura anterior que orienta como a mensagem será recebida (Orlandi, 2005). Portanto, para gerar comoção, é preciso compreender as estruturas sociais que fundamentam a percepção de quem deve ser sentido e quem não deve.

É nesse contexto que os casos exemplificados aqui se baseiam no que já foi dito sobre a Amazônia, utilizando o que ocorreu na região para pensar os enquadramentos e desenquadramentos. Para isso, reitero Brulon (2020), que afirma que musealizar é «materializar», ou seja, dar substância ao pensamento. Assim, as materialidades museais contribuem para a reiteração social de certos imaginários e criam inteligibilidade para aqueles que foram excluídos das esferas de representação. Dessa forma, a musealização sensibiliza por meio da materialização da construção de acervos, patrimônios e narrativas, e serve às comunidades para que possam demonstrar suas identidades e realidades. Quando realizada pelas próprias comunidades, ela enquadra esses grupos como vítimas, ao sensibilizar a partir das reivindicações dessas comunidades e da participação de seus membros, mostrando-os como precários, necessitando de proteção — algo que aqueles que estão enquadrados, de acordo com a sociedade, demandam, como aponta Butler (2015).

Por meio desses processos, as comunidades conseguem expressar suas dores e as injustiças que sofrem, passando a ser ouvidas e sentidas como vozes a serem salvaguardadas. Ou seja, as narrativas museológicas enquadram essas pessoas como vítimas, seres marginalizados e injustiçados. No entanto, como demonstrado neste trabalho, a museologia realizada por essas comunidades vai além. Ao sensibilizar através da musealização, ela utiliza esse processo como instrumento para questionar os enquadramentos, questionando como eles se formam e quem se insere neles. Nesse contexto, o trabalho do filósofo latino-americano Enrique Dussel se torna essencial.

Como apontam Oliveira e Dias (2012), Dussel argumenta que a colonização e a visão de modernidade criam uma percepção evolucionista, definindo um caminho único do estado de natureza para o moderno. Nesse modelo, a Europa é vista como o ápice do progresso, enquanto as culturas não europeias são categorizadas como bárbaras, inferiores, atrasadas e menos desenvolvidas. A lógica da modernidade e da razão europeia impõe-se como o único caminho legítimo para o desenvolvimento (Oliveira & Dias, 2021). Nesse cenário, a colonização e a dominação eram consideradas necessárias para o progresso, e qualquer grupo que resistisse à assimilação da lógica europeia era visto como culpado pela violência que sofria, pois não havia aceitado o modelo de desenvolvimento imposto. Esse é o «Mito da Modernidade», que oculta a violência colonial e justifica as hierarquias. Para Dussel, é preciso romper com essa ética colonial e, por meio de um contra-discurso, construir

uma Ética da Libertação que dê voz e dignidade àqueles que são invisibilizados, não reconhecidos como vítimas e que lutam para ter suas dores reconhecidas (Oliveira e Dias, 2012). Assim, a luta contra a colonialidade se dá por meio da crítica e desconstrução desses enquadramentos ontológicos. E quem melhor para falar sobre desenquadramento do que as próprias pessoas desenquadradas? Quem melhor para falar sobre violência do que as próprias pessoas violentadas?

Portanto, a musealização se torna um mecanismo de resistência contra as estruturas que marginalizam esses grupos, ao mesmo tempo em que propõe um novo olhar sobre suas histórias. Ou seja, a museologia social, nesse sentido, serve como instrumento de crítica à construção dos enquadramentos ontológicos impostos pela modernidade, tornando-se um caminho para a ética da libertação. Como demonstrado nos casos estudados, ela questiona quem é visto como inferior, a violência sofrida por esses grupos e a essência do que define uma vida passível de luto, merecedora de comoção social.

Ao permitir formas diversas de musealização, construção de acervos e narrativas, a museologia social também questiona quem pode falar, como falar e quem pode participar do processo museológico. Ao possibilitar a participação de todos, ela oferece às comunidades a oportunidade de apresentar suas realidades concretas e se afirmarem como sujeitos passíveis de luto, embora sejam enquadrados como não passíveis. Permite a essas comunidades e grupos se demonstrarem não só contrários a essas práticas de enquadramentos impostas, como também violentadas por elas.

5. CONCLUSÃO

Os casos apresentados neste estudo funcionam como respostas à lógica da modernidade e à hierarquia imposta à região amazônica. Eles se baseiam nas imposições históricas que moldaram a formação socioeconômica e cultural de Belém, as quais continuam a influenciar o imaginário social local. Nesse contexto, Mignolo (2017) destaca que a colonialidade é a base da modernidade, sendo uma lógica de dominação racial que justifica a exploração da periferia por um centro dominante. Historicamente, como foi visto, a Amazônia foi subjugada não apenas por meio de instituições, mas também por um imaginário social que perpetua desigualdades fundamentadas em raça, gênero e classe dentro da própria sociedade belenense. Essa dinâmica ainda é observada nos museus da cidade, que frequentemente mantêm uma perspectiva colonial, refletindo uma visão elitista que domina as sociedades amazônicas (Leão, 2023).

Portanto, a colonialidade se manifesta por meio de enquadramentos e desenquadramentos ontológicos, sendo sustentada de maneira dissimulada ao longo do tempo. Para combatê-la, é necessário não apenas oferecer suportes para

enquadrar, mas também questionar esses enquadramentos e propor uma nova ética que valorize todas as formas de vida.

A decolonialidade, então, ocorre de forma ontológica, por meio de um processo de busca para que grupos sejam «sentidos» e reconhecidos. Nesse contexto, a museologia social pode se tornar uma ferramenta decolonial poderosa, desde que se baseie em significados locais, desconstruindo os desenquadramentos criados historicamente. Os casos analisados aqui exemplificam essa proposta, criando novas perspectivas e desafiando as narrativas dominantes, além de questionar os enquadramentos impostos pela modernidade.

6. REFERÊNCIAS

- Assembleia Legislativa Estado do Pará. (2015). *Comissão Parlamentar de Inquérito para apuração da atuação de grupos de extermínio e milícias no Estado do Pará: relatório final*. Belém: Pará. Recuperado em 17 de janeiro de 2025 <http://www.movimentodeemaus.org/data/material/RELATORIO-FINAL-CPI-dasMilicias-versao-de-entrega-na-grafica3.pdf>
- Bahia, M. C. (2014). *O lazer e as relações socioambientais em Belém-Pará*. 1. Belém - PA: Editora NAEA.
- Bueno, M. F. (2003). *O imaginário brasileiro sobre a Amazônia: uma leitura por meio dos discursos dos viajantes, do Estado, dos livros didáticos de Geografia e da mídia impressa*. Dissertação de Mestrado não publicada. Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Butler, J. (2015). *Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Brulon, B. (2012). Magia, musealidade e musealização: conhecimento local e construção de sentido no Opô Afonjá. *Revista Musear*, 1(1), pp. 61-75.
- Brulon, B. (2020). Descolonizar o pensamento museológico: reintegrando a matéria para repensar os museus. *Anais do Museu Paulista*, 28. pp. 1-30. <https://doi.org/10.1590/1982-02672020v28e1>
- Castro, E., Campos, Í. (2015). Formação Socioeconômica da Amazônia. Em E. Castro, Í. Campos (eds.), *Formação Socioeconômica da Amazônia* (pp. 15-37). Belém: NAEA.

- Costa, K. S. (2009). Apontamentos sobre a formação histórica da Amazônia: uma abordagem continental. *Série Estudos e Ensaios* (Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais), v. 1, pp. 90-114.
- Choay, F. (2001). *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Editora UNESP.
- Cury, M. X. (2006). *Exposição: concepção, montagem e avaliação*. [S.l.: s.n.].
- Cury, M. X. (2011). Museus em transição. Em SISEM SP – Sistema Estadual de Museus (ed.), *Museus: o que são, para que servem?* (p. 18-29). São Paulo: Secretaria do Estado de Cultura de São Paulo.
- Dos Santos, M. S. (2006). *A escrita do passado em museus históricos*. Rio de Janeiro: Garamond Universitária.
- Dussel, E. (1993). *1492: O encobrimento do outro: A origem do Mito da Modernidade*. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes.
- Fernandes, D. A. (2019). A formação do pensamento desenvolvimentista regionalista amazônico no século XX: uma análise a partir da influência das obras de Euclides da Cunha e Gilberto Freyre. Em *XIII Congresso Brasileiro de História Econômica* (pp. 1-29). Criciúma. Recuperado em 17 de janeiro de 2025 de <https://www.abphe.org.br/arquivos/2019-danilo-araujo-fernandes.pdf>.
- Freire, P. (2018). *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Gomes, K. W., Leão, A., Medeiros, I. F. (2023). Memória e cultura periférica: Museu Memorial da Vila da Barca, um projeto em execução (2021...). Em *Outras narrativas sobre museus: contribuição da Amazônia paraense para os debates sobre a nova definição de museu do Conselho Internacional de Museus (ICOM)* (pp. 65-74). Belém: Programa de Pós-Graduação em Artes/UFPA. Recuperado em 17 de janeiro de 2025 de <https://livroaberto.ufpa.br/jspui/handle/prefix/1229>
- Gondim, N. (1994). *A Invenção da Amazônia*. São Paulo: Marco Zero.
- Guimarães, João Paulo (2020, 8 de julho). Vila da Barca, comunidade em Belém do Pará sofre com a pandemia. *Jornalistas Livres*. Recuperado em 17 de janeiro de 2025 <https://jornalistaslivres.org/vila-da-barca-comunidade-em-belem-do-para-sofre-com-a-pandemia/>

- Leão, A. (2021). Violência Urbana e Colonialidade na sociedade Belenense: O Caso da Chacina de Belém. Em E. M. Ramos de Castro, S. Rodrigues Alves (eds.), *Anais [recurso eletrônico] / 3º Seminário Internacional América Latina - SIALAT, Belém, Pará, Brasil* (pp. 2383-2399). Belém: NAEA.
- Leão, A., Menezes Neto, H. (2017). Museologia e acervos particulares: o caso das famílias da Chacina de Belém. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará*, 4, pp. 193-212. Recuperado em 17 de janeiro de 2025 <https://core.ac.uk/download/233889598.pdf>
- Loureiro, V. R. (2022). *Amazônia: colônia do Brasil*. Manaus: Ed. Valer.
- Maldonado-Torres, N. (2019). Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. Em J. Bernardino-Costa, N. Maldonado-Torres, R. Grosfoguel (eds.), *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico* (pp. 27-54). Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- Mignolo, W. D. (2017). Colonialidade: O Lado Mais Escuro Da Modernidade. Em *Revista Brasileira de Ciências Sociais [online]*, 32(94), e329402. <https://doi.org/10.17666/329402/2017>
- Quijano, A. (2006). Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. Em *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas* (pp. 107-130). Buenos Aires: CLACSO.
- Oliveira, I. A., Dias A. S. (2012). Ética da Libertação de Enrique Dussel: caminho de superação do irracionalismo moderno e da exclusão social. *Conjectura*, 17(3), pp. 90-106. Recuperado em 17 de janeiro de 2025 <http://www.uces.br/etc/revistas/index.php/conjectura/article/view/1798>
- Orlandi, I. E. P. (2005). *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes.
- Primo, J.; Moutinho, M. C. de M. (2020). *Introdução à Sociomuseologia*. Portugal: Edições Universitárias Lusofonas. https://doi.org/10.36572/csm.2020.book_1
- Prognum (2022, 1 de dezembro). *Prefeitura de Belém retoma construção de 200 moradias no conjunto habitacional da Vila da Barca*. <https://prognum.com.br/prefeitura-de-belem-retoma-construcao-de-200-moradias-no-conjunto-habitacional-da-vila-da-barca/>

- Sarges, M. de N. De. (2000). *Belém: riquezas produzindo a Belle Époque (1870-1912)*. Belém: Paka-Tatu.
- Soares, K. G. (2000). *As formas de morar na Belém da Belle-Époque (1870-1910)*. Dissertação de Mestrado não publicada. Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi.
- Souza, L. C. C. E. (2020). Museu integral, museu integrado: a especificidade latino-americana da Mesa de Santiago do Chile. *Anais do Museu Paulista*, 28, p. 1-21. <https://doi.org/10.1590/1982-02672020v28e4>

